

de inspectora directora nas diversas áreas de actuação e competência da ASAE, pela elevada motivação, capacidade de liderança, decisão e espírito de iniciativa que demonstrou.

A nomeação produz efeitos à data do despacho.

19 de Maio de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

Nota curricular

Nome: Maria de Lourdes Santos Gonçalves
Data de nascimento: 25 de Agosto de 1950
Naturalidade: Rego da Murta — Alvaiázere
Habilitações académicas: licenciatura em Medicina Veterinária

Experiência profissional:

1987 a 1997 — Chefe de Divisão de Produtos Frescos e Frigorificados do Instituto da Qualidade Alimentar; Chefe de Divisão de Restauração e Pré-Cozinhados do Instituto da Protecção da Produção Agro-Alimentar;

1996 — Assessora principal da carreira de médico veterinário do Instituto da Protecção da Produção Agro-Alimentar;

1997 a 2000 — Directora de Serviços de Fiscalização da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar;

1999 — Transitou para Inspectora Superior Assessor Principal da carreira de inspecção superior da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar;

2000 a 2001 — Vogal da comissão instaladora da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;

2001 a 2006 — Directora de Serviços de Fiscalização da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar;

2006 a 2007 — Directora Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;

2007 a 2008 — Inspectora Directora da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

Grupos de Trabalho:

Secretária da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT-25 “Pescado e derivados” — de 1981 a 1993;

Participação em vários grupos de trabalho da Comissão Europeia e do Conselho, em Bruxelas: Comissão dos medicamentos veterinários; Comité permanente dos géneros alimentícios; reuniões de coordenação preparatórias de reuniões do Codex Alimentarius;

Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura, Pescas e Alimentação — de 1999 a 2000;

Comissão de Trabalho para a reestruturação dos Serviços com competência nas áreas de inspecção, fiscalização e controlo alimentar, na dependência directa do Secretário de Estado Adjunto e das Pescas — Despacho 25681, 2.ª Série, DR de 3/12/2002;

Grupo de Trabalho para relacionamento institucional e temático entre os Serviços do Ministério Público dos Juízos Criminais de Lisboa e a ASAE.

Formação profissional:

Participação em diversas acções de formação profissional no âmbito da segurança e qualidade alimentar, representando o IQA, IPPAA, DGFCQA e ASAE, como oradora em seminários, congressos, conferências e sessões de esclarecimentos.

Trabalhos publicados:

Noções básicas de higiene — Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar;

Projecto de refeitórios escolares — Editorial do ministério da Educação; Novas exigências legais e controlo oficial dos géneros alimentícios, Novembro/2006, Revista “Segurança e Qualidade Alimentar” — Edições e Propriedade.

Louvores

Da Presidente do IQA em 06/04/1993, publicado no DR n.º 94, 2.ª série, de 22/04/1993;

Do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor — Despacho n.º 2977/01 (2.ª Série), de 29/01/2001, publicado no DR n.º 37, 2.ª série, de 13/02/2001.

Direcção Regional da Economia do Alentejo

Despacho n.º 16679/2008

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 58/2007, de 27 de Abril, designo o licenciado Bernardino Miguel Marmelada Piteira, director de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos, para me substituir nas minhas ausências e impedimentos.

5 de Junho de 2008. — O Director Regional, *António Mendes Pinto*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 16680/2008

Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Florbela Maria Caldeira Pantaleão o reconhecimento como Técnico em Modo de Produção Biológico, na área da Produção Vegetal e da Produção Animal nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

9 de Junho de 2008. — O Director-Geral, *C. São Simão de Carvalho*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho (extracto) n.º 16681/2008

Por despacho de 21 de Abril de 2008 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nos termos do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi autorizado o regresso da licença sem vencimento de longa duração, em que se encontra o técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário, Edgar Manuel Rodrigues, de nomeação definitiva, com efeitos a 01 de Julho de 2008. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

9 de Maio de 2008. — O Director Regional, *Joaquim Castelhão Rodrigues*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 18115/2008

Por despacho de 25 de Fevereiro de 2008, do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público de passageiros entre Póceirão (Escola)-Vale de Abrunheira, requerida por T.S.T — Transportes Sul do Tejo, S. A., com sede na Rua Marcos de Portugal n.º 10, 2810-260 Laranjeiro.

6 de Março de 2008. — O Director, *Luís Teixeira*.

300151131

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Despacho n.º 16682/2008

A TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., com sede no edifício 25 do Aeroporto de Lisboa, requereu a concessão de uma licença para a exploração de serviços de transporte aéreo regular internacional, na rota Porto-São Salvador-Porto.

Tendo a requerente cumprido os requisitos exigíveis para o efeito: Determino, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril, e da Portaria n.º 371/92, de 29 de Abril, no uso das competências delegadas pelo conselho directivo do INAC, I. P, conforme subalínea *iii*) da alínea *d*) do n.º 2.2 do despacho n.º 9090/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 26 de Março de 2008, o seguinte:

1 — É concedida à empresa TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., uma licença para a exploração de serviços de transporte aéreo regular internacional na rota Porto-São Salvador-Porto, devendo assegurar uma frequência semanal.

2 — Pela concessão da presente licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 66/92, de 23 de Abril, e no parágrafo 2.º da Portaria n.º 464/92, de 5 de Junho.

15 de Maio de 2008. — O Vogal do Conselho Directivo, *João Confraria*.